

## Comida na mesa: a importância da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos<sup>10</sup>

Solange Struwka<sup>11</sup>

Quando olhamos para o Brasil, rico em terras, biodiversidade e em pessoas que nele trabalham, indagamo-nos: **por que ainda existe fome?**

Nos trabalhos que temos realizado, identificamos, na cidade e no campo, a dura realidade da insegurança alimentar. Os dados oficiais confirmam nossas observações. Eles apontam que a situação da região Norte – onde atuamos – é a mais cruel do país, em que 10,2% dos domicílios sentem o peso imposto pela insegurança alimentar. Somadas, são 508 mil famílias que enfrentam a condição de não ter o mais básico para manter-se viva: a comida<sup>12</sup>.

Nas atividades que estamos realizando, acompanhamos dois grupos distintos, ambos marcados pelo avanço do modelo de desenvolvimento do campo, orientado pela produção de soja, boi, mineração e grandes construções – como as usinas hidrelétricas. A pergunta que nos fazemos é: **quem se beneficia do que é produzido por esse modelo de desenvolvimento ou progresso?** A intenção do desenvolvimento, tão aclamado por empresários, políticos e fazendeiros, é matar a fome, oferecer trabalho e melhores condições de vida para quem vive na região?

---

10 As reflexões propostas nesse texto fazem parte da execução do projeto “Comida na mesa: saúde e segurança alimentar para famílias de catadores e catadoras de materiais recicláveis da Amazônia Ocidental” coordenados pela INCOOP – UNIR e que contou com o apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD). Maiores informações no final do texto.

11 É professora adjunta da graduação e colaboradora no programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integra a Incubadora de cooperativas populares da UNIR (INCOOP) e o grupo Amazônico de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação (GAEPPE).

12 Dados do censo 2021, retirados da página: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave.html>

Começamos respondendo outra pergunta. Quem trabalha e produz a comida que colocamos, dia a dia, no nosso prato?

Os dados oficiais revelam que é a agricultura familiar camponesa a responsável pela produção dos alimentos que estão na nossa mesa e que garantem maior empregabilidade de trabalhadores e trabalhadoras no campo. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 e levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar camponesa produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. No total, somam-se 70% da produção dos alimentos consumidos no país. Ela também é responsável por empregar 74% das pessoas ocupadas no campo, ou seja, de 10 postos de trabalho, sete são da agricultura familiar. Essa diferença ocorre porque, ao passo que ela ocupa mais de 15 pessoas por 100 hectares, a agricultura extensiva, monocultura ou o agronegócio, oferece trabalho para menos de duas pessoas por 100 hectares<sup>13</sup>.

Contudo, quando analisamos a distribuição das terras no nosso país vemos o inverso. De acordo com o mesmo Censo Agropecuário, em termos de área, a agricultura familiar ocupa apenas 24% das áreas agricultáveis (80,3 milhões de hectares), já o agronegócio domina 76% das terras do Brasil (249,7 milhões de hectares). Lembremos que, dos cerca de 5 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 4,3 milhões (84%) são familiares e 807 mil (16%), grandes propriedades. No que se refere ao estado de Rondônia – território de onde escrevo - o latifúndio, em forma de agronegócio, avançou vertiginosamente nos últimos anos<sup>14</sup>. Apenas na capital,

---

13 Informações sistematizadas por Mauro Eduardo Del Grossi e Vicente Marques. Disponível em: Agricultura - Agricultura em família (ipea.gov.br)

14 A aprovação do Projeto de Lei Complementar 80 de 2020, já sancionado pelo governador de Rondônia Marcos Rocha (PSL), fará avançar ainda mais a destruição da natureza e das comunidades e povos que dela vivem e produzem alimento para si e comercialização em pequena escala. A Lei possibilita a retirada

Porto Velho, entre o período de 2000 a 2018 saiu de 3.888,30 km<sup>2</sup> (11,23% de desmatamento) para 10.199,60 km<sup>2</sup> (29,45%) de destruição das florestas, em que a taxa de desmatamento teve variações na ordem 162,32%. A destruição da floresta, que significa a expulsão de comunidades e povos que nela vivem, se traduz no significativo crescimento da área plantada de soja, que saiu de 7.892 para 278.533 hectares (ha) no período de 1998/2017<sup>15</sup>. Somados ao avanço da grande propriedade, estão os investimentos e programas de crédito oferecidos pelos cofres públicos. Neles o agronegócio também recebe um montante absurdamente superior, incomparável às migalhas investidas na agricultura familiar camponesa.

O que para alguns pode parecer apenas dados, para a maioria da população são fatores que impactam diretamente no seu cotidiano. Seja no campo ou na cidade, a concentração de terras e a falta de investimento na agricultura familiar camponesa afetam diretamente o acesso aos bens básicos de consumo. Na cidade experienciamos o brusco aumento de preços dos alimentos da cesta básica<sup>16</sup>. No campo a falta de investimentos do Estado dificulta a permanência das famílias que vivem da produção de alimentos, sem garantia de logística e venda. Desde 2016, as famílias notaram os impactos da crise política e econômica que assolava o país, contudo foi no decorrer da pandemia que elas vivenciaram a perda quase total da renda. As vendas realizadas nas feiras diminuíram, mas também se esgotaram os programas de compra institucional. O que as famílias relatam, e os dados comprovam, é um exponencial decréscimo nos recursos voltados para as compras pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de

---

da proteção ambiental de 219 mil hectares da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim.

15 COSTA SILVA, R. G; MICHALSKI, A; SOUZA, L. I. T; LIMA, L. A. P. Frontera, derechos humanos y territorios tradicionales em Rondônia (Amazonia Brasileña). Revista de Geografia Norte Grande, n.º 77, p. 253 - 271, 2020. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rgeong/n77/0718-3402-rgeong-77-253.pdf>

16 De acordo com dados do IBGE o arroz pode ter aumentado em mais de 20%, o feijão, 40%, e o leite teve aumento de 20% em média, já legumes, frutas e verduras, observou-se um aumento de 15 a 20%.

Aquisição de Alimentos (PAA). Esses cortes não afetam apenas as famílias que produzem os alimentos e precisam dessa renda para viver, ela também incide nas instituições e pessoas que recebiam os alimentos produzidos na região, frescos e, preferencialmente, agroecológicos – sem uso de agrotóxicos.

Nesse cenário, **como estão as famílias da agricultura familiar?**

A maioria tem buscado comercializar seus alimentos, seja em feiras ou por meio de atravessadores, e também tem realizado trabalhos para terceiros, a fim de complementar a renda e se manter no campo. No caso do grupo que acompanhamos, as famílias recebem o apoio do Movimento Popular Atingido por Barragens (MAB). O movimento atua junto às famílias desde que parte delas foi expulsa de suas terras, pelas empresas responsáveis pela construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Samuel. As palavras de uma das mulheres atingidas pela construção da Hidrelétrica de Santo Antônio nos ajudam a responder à pergunta feita no início do texto: *“esse tal de progresso me tirou tudo! Minha terra, a convivência com o rio e com a comunidade”*. Com muita luta e organização ela e a família conseguiram receber a indenização da empresa e comprar o lote, em que vive até hoje, em um lugar distante daquele em que viveu por anos com sua família. *“Esse lote é a única coisa que sobrou pra me sustentar e sustentar meus filhos”*. Entretanto, o acesso à terra não é garantia de sobrevivência no campo. As dificuldades seguem e estão atreladas à produção, que necessita de investimentos para análise e correção do solo. Além disso, o que é produzido não tem garantias de ser comercializado. Acompanhamos, inúmeras vezes, as agricultoras retornarem para casa com grande parte de seus alimentos. Por serem perecíveis, não é possível de serem reaproveitados, a não ser no trato dos animais e no feitiço de compostagem. Assim, a incerteza da renda suficiente para viver ronda as famílias.

Por outro lado, acompanhamos as famílias que vivem na cidade, que necessitam desses alimentos, em especial, as mais pobres e da

periferia, que tiveram a renda impactada pela ausência de políticas no enfrentamento à pandemia. **Por que não unir essas duas realidades para mitigar seus problemas?**

Nossos esforços, enquanto universidade pública, gratuita e referenciada socialmente, e como extensão no campo da Psicologia e da Educação, é identificar as demandas da população e, junto a ela, criar estratégias de enfrentamento e resolução de seus problemas. Nesse caso, apoiamos e contribuímos em uma ação, que atende quinze famílias de mulheres da agricultura familiar e trinta e cinco famílias de uma das comunidades periféricas de Porto Velho - RO. Isso é mínimo se compararmos à quantidade de famílias que estão no campo, precisando comercializar seus alimentos, e àquelas que vivem na cidade sem garantias de ter a comida no prato. Nosso alcance é pequeno, mas reivindica que essas ações são urgentes e que parte da solução dos problemas imediatos, enfrentados pelas famílias do campo e da cidade, podem ser resolvidos com políticas públicas de compra e distribuição de alimentos, assistência técnica rural (ATER) voltada para agroecologia e agrofloresta, financiamento para a agricultura familiar camponesa, reforma agrária popular, a fim de dar acesso à terra para quem precisa de trabalho, dentre outros. Junto a isso, nos cabe questionar, debater e analisar, em conjunto com a sociedade, que projeto de agricultura queremos seguir desenvolvendo. **Que agricultura produz comida, gera trabalho e está alicerçada no respeito à natureza? O modelo de desenvolvimento que tem sido imposto à região tem por objetivo sanar as necessidades básicas - alimentação, terra, trabalho, moradia, saúde, educação – de quem vive na cidade e no campo?**

Desde a universidade pública, gratuita, e, a partir da Psicologia e da Educação, compreendemos que é urgente dialogarmos com a sociedade e contribuirmos em processos práticos de formação e organização popular que visem o questionamento das decisões políticas e econômicas que têm incidido sobre nosso estado e região, em especial, que as riquezas aqui produzidas, sejam

utilizadas para sanar as necessidades da maioria da população, e não sigam sendo usadas para enriquecer a poucos, às custas da destruição da natureza e do trabalho e pobreza de muitos.

### **Informações sobre o Programa de Extensão**

A “INCOOP UNIR” – Incubadora de Cooperativas Populares da UNIR - é um Programa de extensão transdisciplinar que tem como objetivo a incubação e a formação de grupos, coletivos populares e empreendimento solidários. Mesmo durante a pandemia a INCOOP tem desenvolvido ações com dois grupos de catadores (Porto Velho e Presidente Médici) e um coletivo de mulheres de agricultura familiar camponesa de Candeias do Jamari.

O projeto relatado refere-se ao “Comida na mesa: saúde e segurança alimentar para famílias de catadores e catadoras de materiais recicláveis da Amazônia Ocidental” - coordenado pela INCOOP -, a partir da aprovação do edital “Apoio a projetos de Ajuda Humanitária frente à pandemia de Covid-19” da Fundação Luterana de Diaconia. O objetivo dessa ação é promover a saúde por meio da alimentação saudável, sustentável e agroecológica e articular coletivos/cooperativas do campo e da cidade, por meio das ações conjuntas de solidariedade compartilhada.

O Projeto possibilitou a aquisição de alimentos pela CATANORTE (Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Rondônia localizada na Vila Princesa) e, ao mesmo tempo, contribuiu para a geração de renda de coletivos de mulheres do campo atingidas pela pandemia e pelo desmantelamento das políticas de apoio e subsídio à produção familiar. Dessa maneira foram distribuídas sete cestas de alimentos agroecológicas para 35 famílias de catadores de materiais recicláveis da CATANORTE, totalizando 245 cestas. As entregas foram realizadas entre os meses de maio e julho de 2021. Destacamos que essa ação não é isolada ou pontual, mas faz parte de um processo do acompanhamento, apoio, formação e organização realizado pelos integrantes da INCOOP junto às famílias que compõe a CATANORTE e o grupo de mulheres que

residem nos assentamentos Paraíso das Acácias, Rancho Alegre e Flor do Candeias, localizados no município de Candeias do Jamari.